

A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO PROEJA (2007-2019)

Quelem Suelem Pinheiro da Silva
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
quelems@yahoo.com

Valéria Silva de Moraes Novais
Universidade Estadual do Amapá (UEAP)
valeria.ueap@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, observa-se que a educação popular não era de interesse da classe dominante. Ponce (2015) menciona que os jesuítas não se preocupavam com a educação popular, pois, como forma de dominação, tinham interesse na educação da nobreza e dos burgueses abonados. Esse autor também faz referência à educação do homem burguês – do Renascimento até o século XVIII –, apresentando elementos que expressam tal descaso.

Na oferta dos cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), encontram-se docentes com formações diversas, inclusive bacharéis que não tiveram a formação pedagógica e nem conhecem as especificidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tal fato reforça a importância da discussão sobre formação continuada dos professores que atendem tal público no PROEJA.

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo identificar e analisar a produção científica sobre a formação continuada de professores no âmbito do PROEJA. Enquanto percurso metodológico, a abordagem da pesquisa é qualitativa, constituindo-se em pesquisa bibliográfica a partir das dissertações e teses disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no período de 2007-2019. As etapas da investigação foram: levantamento bibliográfico; coleta dos dados no banco de teses da CAPES; sistematização e análise dos dados.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E PROEJA

A formação continuada de professores consta em vários documentos, sendo regulamentada: na lei nº 9.394/1996; no Plano Nacional de Educação (lei nº

13.005/2014) que menciona (meta 10, estratégia 10.5) fomentar “a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional”; e na resolução CNE/CP nº 01/2020, que institui as diretrizes curriculares nacionais de formação continuada e determina as bases nacionais de formação continuada, a BNC – Formação Continuada, constituindo-se na atual política de formação.

Já a educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, apresentada na LDB, indica que a EJA deverá ser preferencialmente vinculada com a educação profissional, regulamentação incluída pela lei nº 11.741/2008, posterior ao decreto nº 5.840/2006, que institui no âmbito federal o PROEJA. No art. 1º do decreto nº 5.840/2006, parágrafo 3º, consta que os sistemas de ensino estaduais, municipais e entidades privadas poderão adotar o PROEJA, ou seja, pode-se observar que nele não são citadas as instituições federais, pois estas são apresentadas no art. 2º de forma impositiva, quando menciona: “As instituições federais de educação profissional **deverão implantar** cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007.” (Grifos nossos). Tal informação é divergente do apresentado no documento base, pois nele consta que os sistemas de ensino federal, estaduais, municipais e entidades privadas poderão adotar curso no âmbito do PROEJA.

Quanto à formação de professores, o decreto de 2006 não possui informação sobre a necessidade da formação continuada de professores, mas exige que as instituições federais deverão implantar o PROEJA. No entanto, a formação de professores consta no documento base, mencionando a responsabilidade da instituição proponente, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e do Ministério da Educação em fomentar ou organizar programas de âmbito geral. A formação dos docentes que atuam no PROEJA é fundamental, pois na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica não havia professores formados/qualificados para atuar na EJA. Moura e Henrique (2012, p. 118) afirmam que “na verdade, em nenhum sistema de ensino brasileiro existem profissionais formados para atuar nessa nova oferta.”

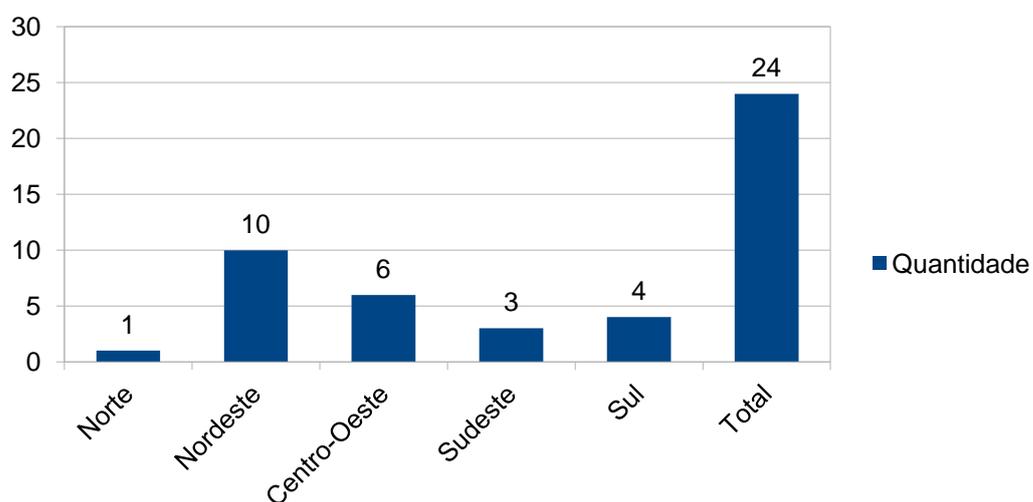
Cabe enfatizar que fragilidades na formação docente para atuar na EJA já foram apontadas por vários autores e trata-se de uma problemática histórica que ganha mais contornos quando acrescentada à educação profissional. Moura (2012)

retrata que tudo foi criado com muita pressa para que as instituições funcionassem de forma imediata; além disso, envolveu a negligência da formação professores que ingressam na rede federal, principalmente nas novas unidades, pois muitos docentes, que são mestres e doutores recém-formados, não conhecem o campo da educação por serem bacharéis, muitos desconhecem a educação profissional e os elementos que a constituem, ou mesmo a perspectiva de integração entre duas modalidades de ensino distintas em suas propostas.

RESULTADOS/CONCLUSÕES

Ao pesquisar a palavra “PROEJA” no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, tendo em vista o período de 2017-2019, foram recuperadas 477 produções, entre as quais foram identificadas 24 discussões (22 dissertações e 2 teses) sobre a formação continuada de professores no âmbito do PROEJA, o que corresponde a 5,03% da produção científica a respeito do tema. Outro aspecto observado consta no Gráfico 1, no qual é possível notar que os programas de pós-graduação (PPGs) localizados na região Norte do país contabilizaram somente uma produção, sendo os do Nordeste com o maior quantitativo.

Gráfico 1 – Distribuição geográfica das produções científicas nos PPGs (2007-2019)

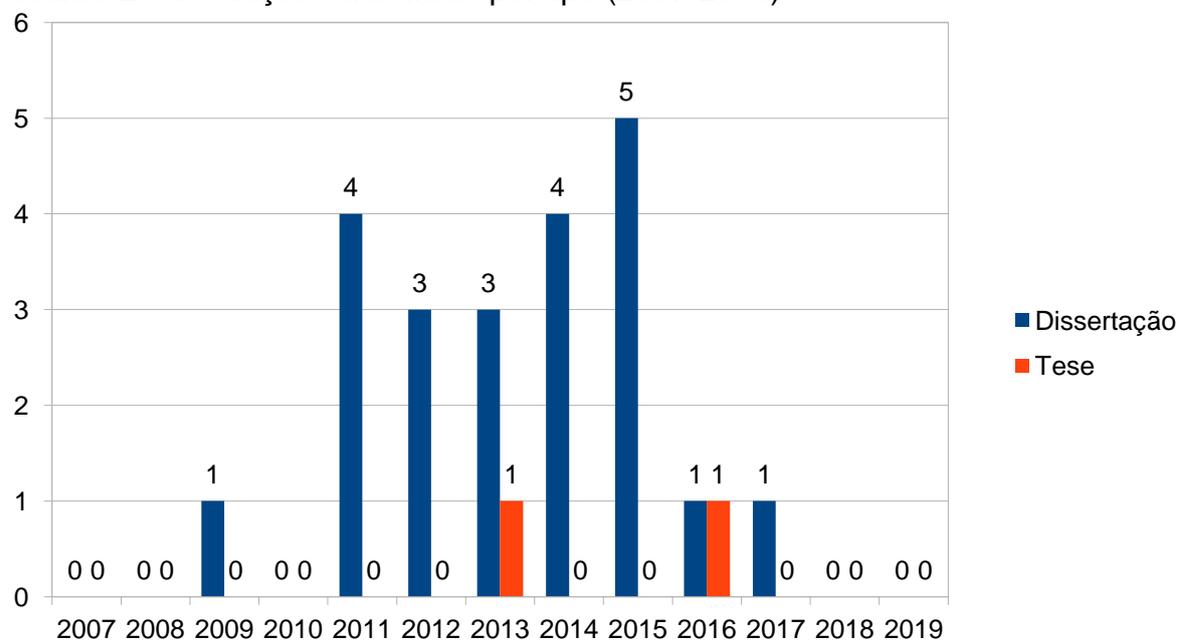


Fonte: Elaboração própria a partir do levantamento na CAPES (2021).

Esses dados suscitam a necessidade de mais investigações sobre a formação continuada de professores no âmbito do PROEJA. Investigar tal temática possibilita vislumbrar as lacunas nas discussões e investigações no tocante à formação continuada dos docentes que atuam no PROEJA. Já no Gráfico 2, consta

o quantitativo de produções científicas, indicando o ano e o tipo de produção (dissertação/tese). Nele pode-se observar que a produção científica sobre a formação continuada de professores no âmbito do PROEJA inicia somente em 2009.

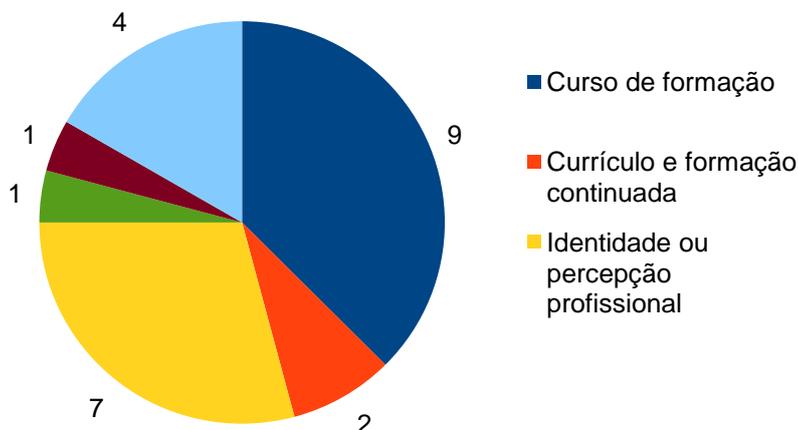
Gráfico 2 – Produções científicas por tipo (2007-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir do levantamento na CAPES (2021).

Pelo Gráfico 2, verifica-se que a partir de 2016 ocorreu o decréscimo no quantitativo de produções, não tendo produções em 2018 e 2019, o que nos permite observar a carência de pesquisas voltadas para a formação continuada de professores no âmbito do PROEJA. No Gráfico 3 constam as principais categorias das produções científicas no período (2007-2019), evidenciando que a maioria das produções versaram sobre cursos de formação continuada (principalmente especializações) e sobre a identidade ou percepções da formação continuada.

Gráfico 3 – Principais categorias identificadas nas produções científicas (2007-2019)



Fonte: Elaboração própria a partir do levantamento na CAPES (2021).

A importância de discutir tal temática justifica-se pelo fato do PROEJA existir há 15 anos, mas só recentemente foi aprovada uma política de formação continuada, cuja ausência também implica na secundarização que se deu ao assunto. As discussões apresentadas não visam esgotar as reflexões sobre a temática, mas buscam apresentar elementos que estimulem mais produções científicas sobre a formação continuada de professores no âmbito do PROEJA, e evidenciar o que já foi produzido a respeito, dado o tempo de existência desse programa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 23 julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-20>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, DF, 2020.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, D. H. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio nos anos 1990 e 2000: limites e possibilidades. *In*: OLIVEIRA, Ramon de (org.). **Jovens, ensino médio educação profissional**: políticas públicas em debate. Campinas: Paritus, 2012. p. 47-81.

MOURA, D. H; HENRIQUE, A. L S. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **Holos**, Rio Grande do Norte, v. 2, ano 28, p. 114-129, maio 2012. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914/536>. Acesso em: 6 jul. 2019.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2015.